

| |
|---|
| Assembleia da República Gabinete do Presidente |
| N.º de Entrada <u>8058</u> |
| Classificação <u>050503</u> |
| Data <u>04.11.17</u> |



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Requerimento Nº 342/IX (3ª) - AC

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

2004, 11, 17

JH

ASSUNTO: Deslocalização da produção da Vishay – Vila Nova de Famalicão.

Apresentado por: João Teixeira Lopes

Dirigido ao: Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho.

Data: 2004-11-15

Situada na freguesia de Calendário, Vila Nova de Famalicão, há 35 anos, a Vishay Electrónica Portugal Lda, é uma empresa com 266 trabalhadores, entre os quais pelo menos 20 casais.

Esta empresa, da multinacional Vishay, produz condensadores. Segundo as estruturas representativas dos trabalhadores, CT e sindicato, ao longo dos anos a empresa tem recebido avultados fundos de várias origens incluindo os comunitários.

Em 1997 a empresa procede a um despedimento colectivo de 14 trabalhadores e em 1999 deslocaliza uma linha de produção para a República Checa, diminuindo o seu quadro de pessoal em 100 pessoas.

O quadro de pessoal da empresa tem hoje uma média etária de 40 anos, uma idade em que se é muitas vezes considerado “velho para trabalhar mas muito novo para a reforma”. Em consequência é profundamente preocupante a informação de que a empresa tenciona deslocalizar parte significativa da sua produção para a Índia.

No seu relatório anual, de 2003, a empresa reconhece o crescimento extraordinário dos lucros graças à deslocalização para países asiáticos de mão-de-obra barata (na verdade pró-escravizada). Segundo o próprio relatório da Vishay, em 1997, a empresa produziu 48% nas Américas, 10% na Ásia e 42% na Europa. Em 2003 produziu 26% nas Américas, 36% na Ásia e 38% na Europa.

Em consequência a Europa e os Estados nacionais estão a financiar a deslocalização para fora do seu território da produção desta multinacional.

Quer isto dizer que o Estado português está, ou não, responsável por influir directa ou indirectamente sobre o funcionamento do mercado a coberto de uma posição de livre mercado. A

fund

Hmo 04.11.17 a' Daples
Roussellet

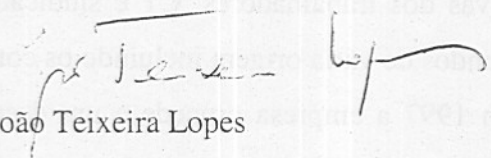
coberto da livre circulação de capital o Estado português pode estar a proteger uma multinacional, possuidora de lucros fabulosos, que pretende despedir os próprios trabalhadores portugueses.

Esta matéria necessita de ficar clara para os trabalhadores da empresa, para todos os que indirectamente são afectados e para a opinião pública. E ainda para os deputados que sendo eleitos têm que, perante os eleitores, responder pelas suas necessidades e preocupações.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais em vigor requieiro ao Ministério da Economia informação urgente sobre:

1. Se a empresa está a cumprir todos os compromissos que assumiu aquando das suas candidaturas a fundos comunitários e outros em que intervenha o Estado português.
2. Quais as garantias contratuais dadas que garantem a manutenção dos postos de trabalho e os direitos adquiridos dos trabalhadores.
3. Que actividade foi desenvolvida pelo Ministério no sentido de manter a empresa, e todas as suas linhas de produção, em Portugal e quais os resultados e conclusões dessa actividade.

O Deputado do Bloco de Esquerda


João Teixeira Lopes